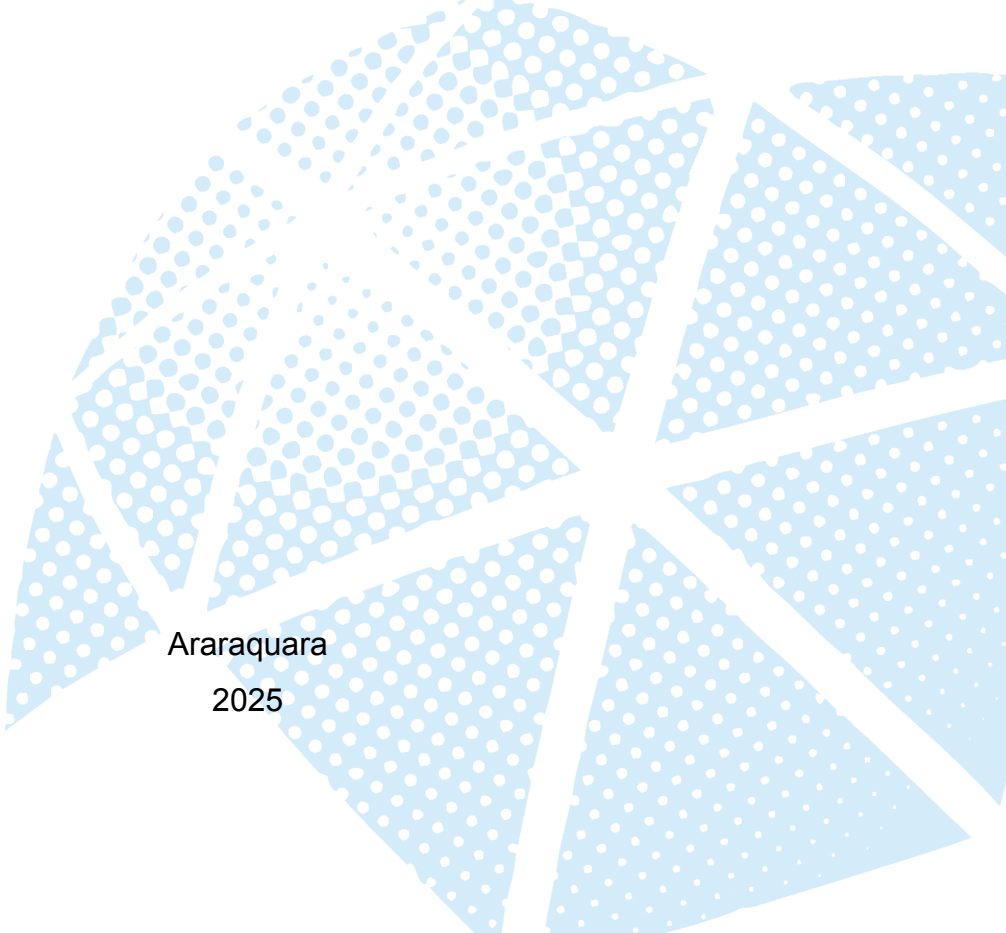


**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP**  
**Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara**

**MILENA LAMEGO LOPES FERREIRA**

**PROFISSIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA E GÊNERO:**  
**A Produção da Ausência da Mulher na Disciplina Econômica**

Araraquara  
2025



**MILENA LAMEGO LOPES FERREIRA**

**PROFISSIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA E GÊNERO:**

A Produção da Ausência da Mulher na Disciplina Econômica

Monografia apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof. Dr. Celso Pereira  
Neris

Araraquara

2025

F383p      Ferreira, Milena Lamego Lopes  
Profissionalização da economia e gênero : a produção da  
ausência da mulher na disciplina econômica / Milena Lamego  
Lopes Ferreira. -- Araraquara, 2026  
49 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências  
Econômicas) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara  
Orientador: Celso Pereira Neris Jr

1. Economia feminista. 2. Gênero. 3. Metodologia. 4.  
Economia doméstica. 5. Homem econômico. I. Título.

**MILENA LAMEGO LOPES FERREIRA**

**PROFISSIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA E GÊNERO:**

A Produção da Ausência da Mulher na Disciplina Econômica

Monografia apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Data da defesa: 05/12/2025

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Celso Pereira Neris Jr  
UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

---

Prof. Dr. Maríndia Brites  
Universidade Federal do Paraná

Dedico este trabalho à minha mãe e ao  
meu pai.

## RESUMO

Este trabalho investiga como o processo de profissionalização da economia consolidou estruturas que não apenas inviabilizaram a participação das mulheres, mas também apagaram sistematicamente suas contribuições intelectuais para a disciplina. O objetivo consiste em analisar os mecanismos institucionais, epistemológicos e profissionais que definiram os limites do que passou a ser reconhecido como conhecimento econômico legítimo. A pesquisa utiliza metodologia qualitativa, de natureza bibliográfica, baseada na leitura crítica de obras acadêmicas, documentos institucionais e estudos históricos sobre a formação do campo. A análise demonstra que a consolidação da economia como ciência “pura”, orientada por modelos abstratos e critérios restritivos de prestígio acadêmico, excluiu temas centrais desenvolvidos por economistas feministas, como o trabalho reprodutivo, a economia doméstica e a análise das desigualdades de gênero. Evidencia-se que essas exclusões não foram acidentais, mas resultaram de escolhas teóricas e institucionais que definiram quais questões seriam reconhecidas como propriamente econômicas. Conclui-se que a consolidação da disciplina se deu através da produção ativa de ausências, apagando mulheres e suas contribuições e configurando padrões de autoridade e prestígio que seguem orientando a organização e os debates da profissão.

**Palavras-chave:** economia feminista; economia doméstica; metodologia; homem econômico; gênero.

## **ABSTRACT**

This work investigates how the professionalization of economics consolidated structures that not only hindered women's participation but also systematically erased their intellectual contributions to the discipline. The objective is to analyze the institutional, epistemological, and professional mechanisms that defined the boundaries of what came to be recognized as legitimate economic knowledge. The research adopts a qualitative, bibliographic methodology, based on the critical reading of academic works, institutional documents, and historical studies on the formation of the field. The analysis demonstrates that the consolidation of economics as a "pure" science, oriented toward abstract models and restrictive criteria of academic prestige, excluded central themes developed by feminist economists, such as reproductive labor, domestic economy, and the analysis of gender inequalities. These exclusions were not accidental, but resulted from theoretical and institutional choices that determined which issues would be acknowledged as properly economic. The study concludes that the consolidation of the discipline occurred through the active production of absences, erasing women and their contributions and establishing patterns of authority and prestige that continue to shape the organization and debates of the profession.

**Keywords:** feminist economics; home economics; methodology; economic man; gender.

## SUMÁRIO

|                                                                                                              |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                                                                                          | <b>6</b>  |
| <b>2 A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS</b>                                                           | <b>11</b> |
| 2.1 Profissionalização da economia e construção da autoridade científica                                     | 11        |
| 2.2 Exclusão institucional e barreiras de gênero                                                             | 13        |
| 2.3 Home economics e a segregação disciplinar                                                                | 17        |
| 2.4 Segunda onda feminista e gênese da economia feminista                                                    | 17        |
| <b>3 MECANISMOS DE MARGINALIZAÇÃO E EXCLUSÃO DAS MULHERES</b>                                                | <b>21</b> |
| 3.1 Barreiras institucionais à participação feminina                                                         | 21        |
| 3.2 Gênero como ferramenta analítica na história da economia                                                 | 24        |
| <b>4 MARGINALIZAÇÃO NO CONTEÚDO TEÓRICO E VISÕES ALTERNATIVAS</b>                                            | <b>27</b> |
| 4.1 O viés androcêntrico da Economia                                                                         | 27        |
| 4.2 Alternativas teóricas do institucionalismo: controle social e reprodução social em perspectiva feminista | 29        |
| 4.3 A história e o ativismo de Katharine Coman                                                               | 34        |
| <b>5 CAMINHOS ALTERNATIVOS E O LEGADO DA RESISTÊNCIA</b>                                                     | <b>37</b> |
| 5.1 O movimento de assentamentos                                                                             | 37        |
| 5.2 Union for Radical Political Economics (URPE) e o Women's Caucus                                          | 40        |
| <b>6 CONCLUSÃO</b>                                                                                           | <b>46</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                           | <b>48</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XIX, a história do pensamento econômico tomou uma nova direção. Rompendo com a tradição clássica da Economia Política, que era adepta do valor-trabalho, a economia passou a ser dominada pela filosofia utilitarista, segundo a qual o valor é determinado pela utilidade, ou pelo prazer que algo pode proporcionar ao consumidor. O utilitarismo tinha uma função ideológica: justificar a harmonia social via mercado e reduzir a percepção de conflito entre capital e trabalho. Bentham, Say, Senior e Bastiat deram início a esse movimento, mas foi apenas com Jevons, Menger e Walras, utilizando o método matemático, que se conseguiu demonstrar de forma concreta como a utilidade determina os valores a partir da noção de utilidade marginal decrescente. O maior princípio seguido desde Smith até Jevons e Walras é o da tendência à harmonia social por meio do equilíbrio das forças de mercado. E o que os utilitaristas fizeram foi propor uma nova alternativa para esse equilíbrio, através de uma nova teoria econômica, considerando que a economia ricardiana e a economia clássica precisavam ser abandonadas — mas ambas tinham como norte o mercado como harmonizador da sociedade (Hunt, E., K., 1977). Essas transformações teóricas, embora parecessem exclusivamente epistemológicas, tiveram consequências institucionais profundas: a economia passou a adotar critérios de cientificidade que, nas décadas seguintes, funcionariam como mecanismos de exclusão, especialmente das mulheres que buscavam ingressar no campo acadêmico americano.

Embora tecnicamente rigorosa, a abordagem utilitarista apresentava lacunas ao tratar a economia como um sistema autônomo, desconsiderando conflitos de classe, desigualdades sociais e a influência das normas e estruturas políticas. Progressivamente, parte da comunidade econômica reconheceu que a lógica de mercado isolada era insuficiente para problemas concretos — como desigualdade de renda, instabilidade financeira e condições precárias de trabalho — e, em oposição a essas limitações, consolidou-se nos EUA um Institucionalismo que defendia o papel de instituições e regras para neutralizar falhas de mercado (Morgan & Rutherford, 1998).

Na virada do século XX, o contexto da ciência econômica compreendia um pluralismo de ideias, sem hegemonia metodológica, ainda que nem todos os economistas aceitassem incontestavelmente essas diferenças. O economista

poderia se situar entre o historicismo, a estatística, a matemática, entre outros referenciais. Nesse período, em contraste às limitações utilitaristas, consolidou-se na economia americana o Institucionalismo Original, que pregava a existência de instituições e métodos de controle social para neutralizar os problemas econômicos e sociais criados pelo sistema de mercado e exerceu uma forte influência no discurso econômico americano nos anos entre guerras (Morgan & Rutherford, 1998).

Ainda na virada do século XX, surgiu a necessidade de profissionalização científica da economia, visando estabilizar a disciplina e diferenciar o trabalho de economistas de eventuais posturas ideológicas ou “amadorismo ideológico” do período anterior. A centralidade do mercado como conceito estabilizador e a adoção de métodos quantitativos padronizados passaram a funcionar como estratégias de legitimação científica, protegendo o saber econômico de pressões democráticas e conferindo-lhe um caráter objetivo — mesmo quando impregnado de implicações ideológicas (Porter, 1995; Becchio, 2020).

Esse processo de profissionalização da ciência econômica, articulado à disseminação do método científico e ao controle sobre a prática acadêmica, gerou profundas implicações para as mulheres cientistas. A exemplo disso, como demonstra Becchio (2020), a profissionalização da economia ocorreu de forma simultânea à criação e expansão da Home Economics, uma área construída especificamente para acomodar mulheres no interior da academia e que reforçava a ideia de que às mulheres caberia apenas os temas associados ao lar e ao cuidado.

Entre 1884 e 1886, Richard T. Ely, representante da escola histórica, e Simon Newcomb, da corrente ortodoxa, envolveram-se em um longo debate público sobre a missão da economia, convencendo os economistas, unidos em seu desejo por status profissional e reconhecimento como autoridades científicas, de que não deveriam expor suas disputas teóricas em fóruns populares. Esse contexto contribuiu diretamente para a fundação da American Economic Association (AEA) em 1885, que buscava definir o que constituía um profissional em economia. A estruturação da associação, voltada majoritariamente para homens, consolidou estereótipos de gênero amplamente aceitos na época: mulheres eram vistas como sensíveis, passivas, emocionais, domésticas e frágeis, em contraste com a ciência, percebida como dura, racional, impessoal e intrinsecamente masculina (Nelson, 1995). Apenas aquelas consideradas excepcionalmente talentosas conseguiam acesso a cargos acadêmicos permanentes em faculdades masculinas ou mistas,

enquanto a maioria era confinada a campos separados ou a posições consideradas 'femininas'. Somado a isso, restringir o acesso das mulheres aos empregos acadêmicos não apenas reforçava a masculinização da disciplina e aumentava a credibilidade das profissões, mas também moldava o conteúdo teórico produzido e restringia quem poderia representar a disciplina (Hammond, 1993).

É importante destacar como as grandes guerras alteraram a função social do economista, posicionando-o como consultor em planejamento e política — papel que intensificou a utilização de modelos matemáticos, estatística e econometria desenvolvidos no interior da tradição neoclássica e foi um divisor de águas para os profissionais da área, como afirma Goodwin em seu artigo "Economics and Economists in the Policy Process". O momento histórico das guerras e da Grande Depressão exigia que as preocupações se voltassem à questão da economia, que "emergiu da guerra coberta de glória, talvez lançando o que se chamou de 'imperialismo econômico' nas ciências sociais [...]" (Morgan & Rutherford, 1998).

Levando em consideração o período de guerras, exigiu-se planejamento e regulamentação da parte dos economistas, que conseqüentemente em sua maioria eram intervencionistas, e permaneceram sendo até meados de 1940, período em que o mundo se dividiu numa guerra de ideologias econômicas. Assim, a Guerra Fria é um fator que nos serve como explicação do porquê a sociedade e a academia americana se moveram de maneira vigorosa a favor do livre mercado e da competição aberta e, com isso, fortaleceram e impulsionaram o pensamento neoclássico. O impacto do macartismo na transformação da economia americana foi tão grande que até mesmo os entusiastas do New Deal e do keynesianismo eram vistos como suspeitos e perseguidos, o que limitou fortemente as perspectivas consideradas legítimas dentro do mainstream econômico (Morgan & Rutherford, 1998).

De forma geral, os fatores que consolidaram o neoclassicismo tiveram efeito contrário sobre o Institucionalismo Original, fazendo com que a economia institucional, tão importante no período entre guerras, começasse a perder espaço à medida que a economia neoclássica se firmava. Além disso, as concepções do que era considerado científico estavam sob transformação e a economia neoclássica acompanhou essa mudança, "servindo" melhor às novas exigências de coesão metodológica e teórica dos novos padrões de ciência consolidados.

Assim, a profissionalização da ciência econômica nos Estados Unidos não foi um processo neutro, tampouco natural. Ela se construiu a partir de disputas metodológicas, redefinições institucionais e mudanças no ideal de cientificidade, que fortaleceram uma visão de economia como disciplina rigorosa, abstrata e masculina. Nesse contexto, as mulheres foram sistematicamente marginalizadas: tiveram seu acesso limitado às instituições acadêmicas, foram direcionadas a campos considerados “femininos” e tiveram sua autoridade científica contestada ou ignorada. Compreender esse processo é fundamental para analisar como a economia americana da virada do século XX consolidou um ambiente profissional excludente e produziu barreiras persistentes à participação feminina. É justamente essa dinâmica — entre construção institucional da disciplina e marginalização das mulheres — que este trabalho se propõe a investigar.

Investigar as raízes históricas da marginalização das mulheres na economia é relevante tanto do ponto de vista histórico quanto para debates contemporâneos sobre diversidade e pluralismo na disciplina. A exclusão feminina não decorre de escolhas individuais, mas de estruturas institucionais, normas culturais e critérios de cientificidade que se consolidaram nesse período; por isso, analisar a formação da figura do “economista profissional” permite entender como se reproduziram desigualdades que ainda hoje afetam a profissão.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os mecanismos históricos, institucionais e epistemológicos que contribuíram para a marginalização das mulheres na economia americana na virada do século XX. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) identificar as condições sociais e acadêmicas que moldaram a profissionalização da economia nos Estados Unidos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX; (ii) examinar como a adoção de novos métodos, especialmente o formalismo matemático e a noção de expertise técnica, impactou a participação feminina; (iii) investigar trajetórias de economistas mulheres e analisar como suas áreas de atuação foram classificadas como auxiliares, aplicadas ou “não econômicas”; (iv) avaliar de que maneira instituições, associações profissionais e departamentos universitários estabeleceram barreiras de gênero; e (v) relacionar essas dinâmicas históricas com debates contemporâneos sobre exclusão, pluralismo e reconhecimento na economia.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e histórica. Serão analisados livros, artigos acadêmicos, documentos institucionais,

relatórios de associações profissionais e estudos biográficos que tratam da formação da economia como campo disciplinar, bem como da participação feminina em sua constituição. A investigação privilegiará a leitura crítica das fontes, a comparação analítica entre trabalhos e a interpretação contextual, buscando articular evidências históricas e reflexão teórica para compreender como discursos de cientificidade e práticas institucionais moldaram os limites do que passou a ser reconhecido como “economia legítima”. A metodologia também inclui a análise de literatura especializada sobre gênero e história do pensamento econômico, permitindo articular a dinâmica da marginalização feminina com a construção teórico-metodológica da disciplina. O tratamento das fontes será guiado por leitura sistemática, comparação analítica e interpretação contextual, garantindo coerência na articulação entre evidências históricas e reflexão teórica.

A estrutura deste trabalho se organiza em cinco capítulos. No Capítulo 2, examino o processo de profissionalização das ciências sociais, com ênfase na consolidação da economia enquanto disciplina científica e na construção de sua autoridade institucional. O Capítulo 3 analisa os mecanismos de marginalização e exclusão das mulheres, tanto do ponto de vista das barreiras institucionais quanto das formas pelas quais a historiografia econômica apagou suas contribuições. O Capítulo 4 aprofunda a crítica ao viés androcêntrico da disciplina e apresenta alternativas teóricas formuladas a partir do institucionalismo e da economia feminista, bem como a trajetória de Katharine Coman como caso emblemático de resistência. Por fim, o Capítulo 5 discute caminhos alternativos abertos por redes acadêmicas e movimentos heterodoxos, destacando o papel do movimento de assentamentos e da URPE na construção de espaços de atuação feminina.

## 2 A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

### 2.1 Profissionalização da economia e construção da autoridade científica

A consolidação da economia enquanto disciplina acadêmica e profissão reconhecida, e dos economistas enquanto autoridades científicas, entre o final do século XIX e o início do século XX, não significou somente o estabelecimento de um novo conjunto de exigências científicas e metodológicas que permitiu um novo status profissional ao economista e uma autoridade científica perante a academia e a sociedade. A profissionalização da economia significou também, além da redução da gama de crenças e formas aceitáveis de expressá-las, a redução da participação da mulher dentro deste processo.

Na passagem do século XIX para o XX, a figura do economista profissional já assumia contornos bem definidos. Passou-se a considerar como marcas de reconhecimento profissional possuir doutorado, ocupar uma posição acadêmica, publicar em periódicos especializados e participar da American Economic Association. Embora houvesse economistas renomados que não cumprissem integralmente esses requisitos, tais critérios se consolidaram como indicadores de pertencimento a um corpo disciplinar que reivindicava autoridade científica. Nesse processo, o envolvimento em reformas sociais diretas foi progressivamente deslegitimado, permanecendo aceitável apenas a influência na formulação de políticas a partir da posição de especialista acadêmico. Como observa Dorothy Ross (1991), esse consenso contribuiu para direcionar as ciências sociais norte-americanas a um percurso marcado por ideais de masculinidade: em consonância com a linguagem de gênero da cultura vitoriana, a valorização do “fato duro” e da “ciência dura” atribuía à racionalidade e à objetividade um caráter masculino. Assim, tanto a busca pela eliminação da subjetividade quanto a ênfase na autoridade científica reforçaram uma concepção das ciências sociais como campos predominantemente masculinos. De acordo com Claire H. Hammond em *American Woman and the Professionalization of Economics*,

“The process by which the occupation of college teaching was transformed into a professional career involved at least two elements: specialization and control. The first generation of would-be academic professionals sought to identify specialized fields of knowledge in which they alone were the authorities, which would set them apart from the erstwhile generation of “amateur” professors and from the general public and justify their expert status. In order to accomplish this, subdisciplines splintered off from their

mother disciplines, new departments were created for them, and scholarly organizations were established. In the case of the social sciences the "scientific method," with its emphasis on abstract theory, empirical testing, and the pursuit of knowledge as an end in itself, became the method of choice. A second element of professionalization involved control. In order to ensure that the emerging academic professions were appropriately remunerative, access to them was limited. Standards of performance were adopted and monitored. Ever vigilant against "amateurism," the universities began to consider the Ph.D. an important qualification for an academic appointment." (p.350)

Grandes implicações foram criadas na vida das mulheres economistas a partir da especialização e do controle que se deu junto ao processo de profissionalização e academização da disciplina econômica. As mulheres consideradas para o emprego acadêmico permanente (que rendiam o status de economista profissional) eram raridades e exceções. Estas mulheres se concentravam em campos do conhecimento separados (como a economia doméstica) e em cargos considerados "femininos". Os ideais de gênero remanescentes da Era vitoriana classificavam a mulher como um ser frágil, sensível, passivo e emocional, enquanto o estereótipo de ciência que estava sendo criado era de uma ciência racional, impessoal e masculina. Sendo assim, as mulheres não passavam credibilidade ao ocuparem cargos para lecionar disciplinas acadêmicas que reivindicavam um status de especialista, restringir o acesso a esses cargos aos homens, além de aumentar a legitimidade perante a sociedade e a academia, eliminou uma fonte de concorrência para os cargos disponíveis (Hammond, 1993).

Ao final do século XIX, na década de 1890, a educação superior mista já era comum nas instituições do oeste e centro-oeste dos Estados Unidos e a estatística de mulheres no ensino superior estava em uma crescente, o que não agradava o corpo das universidades que viam seu prestígio ameaçado, por isso restou para as mulheres ocupar áreas "feminizadas" e cargos "*quasi-academic*" de subordinação (como "assistentes", por exemplo) em universidades masculinas ou mistas (Hammond, 1993).

Essa divergência entre homens e mulheres na academia refletiu não apenas a estrutura institucional, mas também a forma como o método científico era concebido como compatível apenas com uma atuação "neutra" e desprovida de engajamento social direto. Na fundação da AEA, Ely organizou alguns princípios que deveriam nortear a ação dos economistas e entre eles estava o ativismo reformista, entretanto, esta não foi uma concepção que perdurou. Os economistas passaram a reforçar a ideia de que a unidade era absolutamente necessária para que a profissão

e a disciplina fossem devidamente respeitadas e com isso alteraram o reformismo de Ely da declaração de princípios da AEA e o destituíram de seu cargo de secretário (Hammond, 1993)<sup>1</sup>. A mudança de direcionamento da Economia não foi, assim, somente um desdobramento da insatisfação com metodologias anteriores e suas controvérsias, mas uma consequência do anseio dos economistas profissionais em atingir um status superior e maior prestígio científico, se dissociando de conotações políticas e possíveis polêmicas e contestações públicas (COATS, 1960, pp.566-67).

## 2.2 Exclusão institucional e barreiras de gênero

Para melhor compreensão do contexto em que se insere essa discussão, faz-se necessário um breve retorno às origens do debate acerca da questão da mulher. Durante o Iluminismo, a emancipação da mulher e a igualdade entre os sexos se tornou assunto essencial entre acadêmicos e pesquisadores em geral. Em primeiro lugar, o debate em torno da subjugação das mulheres desdobrou-se na direção da defesa dos direitos naturais individuais, que deveriam ser iguais para ambos os sexos. Em seguida, os valores considerados femininos por estarem ligados ao emocional, passaram a ser questionados e lidos não como inferiores, mas como complementares aos valores masculinos. Em terceiro lugar, o papel da mulher como mãe e esposa foi reconhecido como fundamental para o bem-estar coletivo, e para a ordem e o progresso social. Esse debate foi o embrião do feminismo baseado no conceito liberal de igualdade entre os indivíduos (Becchio, 2020).

A chamada *woman question* estava profundamente vinculada à economia política. A luta pelo acesso das mulheres à educação passou a enfatizar a necessidade de incluir os estudos econômicos nesse processo formativo. Essa articulação entre a questão feminina e a economia política desenvolveu-se em duas tradições distintas — o liberalismo clássico e o socialismo — e em três contextos específicos: Inglaterra, países de língua alemã (como Alemanha e Império Austríaco) e Estados Unidos (Becchio, 2020).

O feminismo liberal, enraizado na tradição liberal clássica, defendia a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, sustentando-se na ideia de

---

<sup>1</sup>Entre os fundadores da American Economic Association havia também Katharine Ellis Coman, professora e uma das primeiras a publicar na *American Economic Review*. A seção 4.3 deste trabalho é dedicada à ela.

que tal igualdade exigia um arcabouço jurídico e econômico baseado na propriedade privada como direito natural, ao lado da vida e da liberdade. A literatura feminista costuma identificar as origens do feminismo liberal no movimento sufragista britânico e no movimento abolicionista norte-americano. Já as raízes do feminismo socialista são geralmente associadas ao contexto europeu continental, sobretudo na Alemanha e na Áustria, onde Marx e seus seguidores exerceram forte influência cultural. Contudo, tanto o feminismo liberal quanto o socialista enxergaram a educação em política econômica como sendo essencial para o processo de emancipação das mulheres e já durante o século XVIII, mulheres começaram a participar de debates sobre economia política, disciplina que surgiu da filosofia moral (Becchio, 2020).

Nos Estados Unidos, a questão feminina surgiu atrelada à luta abolicionista e dos direitos civis. Antes da Guerra civil, o movimento abolicionista contava com muitas mulheres, como Sojourner Truth, a ativista ex-escravizada que deu o famoso discurso “Ain’t I a Woman?” em que denuncia a dupla discriminação que sofria por além de ser mulher, ser uma mulher negra. Em meados do século XIX, o movimento pelos direitos civis dos afro-americanos entrou num dilema com o movimento sufragista em relação sobre qual campanha merecia maior prioridade, mas após a Guerra Civil, as duas causas voltam a convergir (Becchio, 2020). A virada do século, período conhecido como Era Progressista (1890-1918) foi marcada por um esforço da parte dos intelectuais, impulsionados pela urbanização e pela industrialização, de formular programas de reformas sociais em prol de melhores condições para os trabalhadores. Diante desse cenário, muitas economistas mulheres se envolveram na formulação de programas reformistas, e o movimento feminista branco nacional ganhou força.

As tensões internas desse processo aparecem com nitidez na análise de Angela Davis (1981), que resgata as contradições entre mulheres brancas, mulheres negras e líderes abolicionistas. Segundo a autora:

“O envolvimento de mulheres brancas na campanha antiescravista ofereceu-lhes a primeira oportunidade real de participar de um movimento político organizado. Contudo, embora se opusessem à escravidão, muitas mantinham preconceitos em relação aos negros libertos e às mulheres negras. Ao mesmo tempo, líderes como Frederick Douglass compreendiam que a luta pelos direitos das mulheres estava intimamente ligada à causa antiescravista, defendendo uma aliança profunda entre ambos os movimentos. Essa relação contraditória, marcada tanto por solidariedade quanto por tensões

raciais, moldou os contornos iniciais do feminismo nos Estados Unidos” (DAVIS, 1981, p. 70–72).

Essa leitura evidencia que, ainda no século XIX, o feminismo norte-americano se constituiu a partir de dinâmicas raciais desiguais que influenciaram não apenas as primeiras reivindicações por direitos, mas também as formas posteriores de inserção social e profissional das mulheres.

A dimensão racial dessa aliança entre abolicionismo e feminismo pode ser aprofundada a partir da análise clássica de Angela Davis (1981). Em *Mulheres, raça e classe*, Davis demonstra que as relações sociais no interior da comunidade escrava não correspondiam à ideologia dominante de gênero difundida entre os brancos. Como os arranjos econômicos da escravidão exigiam que mulheres negras trabalhassem tanto quanto os homens, a divisão sexual do trabalho nas senzalas era menos hierárquica e mais igualitária do que aquela que estruturava a família branca. Entre as pessoas escravizadas, o trabalho doméstico — exercido por homens e mulheres — constituía o único espaço de autonomia possível, e era ali que se produzia uma forma positiva de igualitarismo (Davis, 1981, p. 25–30). Essa experiência social específica contribuiu para que mulheres negras desenvolvessem práticas de resistência que não cabiam nos moldes do feminismo liberal branco do século XIX. Ao mesmo tempo, Davis recupera o papel fundamental das mulheres brancas no movimento abolicionista e mostra como sua participação foi um espaço privilegiado para que elas tomassem consciência da própria exclusão política, ainda que frequentemente ignorassem as diferenças materiais entre sua condição e a das mulheres negras. A autora destaca que figuras como Frederick Douglass, Prudence Crandall e as irmãs Grimké defenderam uma aliança profunda entre a libertação negra e os direitos das mulheres — uma articulação que antecipa debates contemporâneos sobre interseccionalidade. Esse ponto é crucial para compreender que o feminismo estadunidense nasceu entre tensões raciais estruturais: ao mesmo tempo em que muitas mulheres brancas se engajaram na causa antiescravagista, parte do feminismo posterior rompeu com essas origens e passou a incorporar ideologias eugênicas e supremacistas, o que contribuiu para a marginalização das mulheres negras nos movimentos reformistas e também nos espaços acadêmicos, inclusive na economia.

Durante a Era Progressiva, os limites impostos à participação feminina na economia tornaram-se mais visíveis, mesmo quando as mulheres começaram a se

inserir em associações e debates públicos sobre reforma social. Como mostram Leonard (2005, 2009) e Sklar e Stewart (2007), movimentos como a *American Association of Labor Legislation (AALL)* reuniram vários economistas e reformadores sociais – homens e mulheres –, mas suas pautas refletiam a mesma lógica conservadora sobre os papéis de gênero: defendia-se o sufrágio feminino, ao mesmo tempo em que se justificava a retirada das mulheres do mercado de trabalho em nome de uma suposta “função natural” ligada à maternidade. Essa contradição evidencia que, mesmo nos espaços progressistas, a emancipação feminina era concebida dentro de um enquadramento ideológico que subordinava as mulheres aos papéis domésticos e reforçava a divisão sexual do trabalho. Além disso, o próprio movimento feminista da época foi fortemente influenciado pelas ideias do darwinismo social, marcadas pela eugenia e exclusão da mulher negra. Parte do pensamento feminista passou a incorporar uma concepção de “soberania feminina” associada não apenas à autodeterminação corporal, mas também a ideais de superioridade racial. A busca por autonomia econômica, política e sexual foi, em muitos casos, articulada por meio de discursos eugênicos e imperialistas, que vinculavam o progresso das mulheres ao aperfeiçoamento moral e biológico da sociedade. Essa mudança de orientação ideológica distanciou o feminismo de suas origens abolicionistas e universalistas, convertendo-o, em determinados círculos, em uma agenda de supremacia branca que legitimava a exclusão das mulheres negras e das classes trabalhadoras (Athney, 2000).

A American Economic Association a partir de 1886, apesar de ter perpetuado internamente a exclusão das mulheres, organizava um concurso anual para promover o debate sobre a questão feminina na economia. Uma das primeiras vencedoras foi Claire de Graffenreid (1849–1921), cujo estudo analisava as condições de trabalho de mulheres e crianças e foi posteriormente publicado nos *Publications of the American Economic Association* (Graffenreid, 1890). Desde sua criação, em 1885, a AEA contou com a presença de economistas mulheres entre seus associados — sete entre 182 membros em 1886 e sessenta entre 1.339 em 1910 (May & Dimand, 2016). Ainda assim, a participação feminina na economia norte-americana permanecia limitada, marcada por barreiras estruturais de gênero que se expressavam em desigualdades de contratação, remuneração, ascensão profissional e estabilidade acadêmica (Becchio, 2020).

### 2.3 Home economics e a segregação disciplinar

Um exemplo emblemático da segregação de gênero na economia é o surgimento do *home economics*<sup>2</sup> nos Estados Unidos na década de 1890, também conhecido como economia doméstica, como resultado de esforços para profissionalizar o conhecimento relacionado à administração doméstica, nutrição e educação familiar. Essa disciplina foi institucionalizada no início do século XX com a fundação da American Home Economics Association e concebida como uma área “feminina” dentro do campo econômico, permitindo que mulheres participassem da produção de conhecimento e da formação acadêmica, mas de maneira subordinada e separada das áreas centrais da economia. A *home economics* representou uma tentativa de conciliar o discurso científico com os papéis de gênero da época. Enquanto aparentava emancipar as mulheres por meio da educação e da profissionalização, na prática manteve a separação entre as esferas pública e privada, reforçando a associação entre o feminino e o cuidado, e entre o masculino e a racionalidade econômica. Por um lado, abriu espaço institucional para que mulheres ingressassem em universidades e fizessem pesquisa (já que cursos e departamentos de economia doméstica eram criados e, muitas vezes, dirigidos por mulheres). Por outro, limitou a atuação das mulheres ao reforçar a ideia de que seu papel natural era o de cuidadoras e administradoras do lar, e não de economistas no sentido pleno da disciplina (Becchio, 2020).

### 2.4 Segunda onda feminista e gênese da economia feminista

A partir da segunda metade do século XX, sobretudo com a emergência do feminismo da segunda onda, essas limitações estruturais começaram a ser problematizadas de maneira sistemática dentro das universidades. Diferentemente do feminismo da primeira onda, que se concentrou sobretudo na luta jurídica e política — principalmente pelo sufrágio —, a segunda onda, iniciada no final da

---

<sup>2</sup>O termo *home economics* não possui tradução única para o português e denomina diferentes tradições históricas. A vertente discutida nesta seção corresponde à *Home Economics* institucionalizada no final do século XIX e início do XX nos Estados Unidos, vinculada à administração doméstica, higiene, reforma social e à formação feminina — uma área separada da economia “científica” e marcada pela segregação de gênero. Esse uso difere tanto da *Household Economics*, ligada a estudos sociológicos e antropológicos sobre organização doméstica e trabalho do lar, quanto da *New Home Economics* (NHE), desenvolvida a partir dos anos 1960 por autores neoclássicos e que será discutida na seção seguinte.

década de 1960, expandiu o horizonte das reivindicações feministas ao questionar elementos culturais, simbólicos e estruturais da sociedade. Suas protagonistas criticaram a naturalização da divisão sexual do trabalho, denunciaram a violência doméstica e sexual, reivindicaram a libertação sexual e passaram a destacar que o “pessoal é político”, isto é, que experiências cotidianas das mulheres — maternidade, casamento, trabalho doméstico, sexualidade — eram moldadas por estruturas patriarcais. Esse movimento reverberou de maneira direta nas universidades. A pressão política e intelectual da segunda onda levou à criação dos women’s studies nos departamentos de ciências sociais nos anos 1970, marcando a entrada institucional das críticas feministas na academia. Esses programas buscavam questionar a construção tradicional do conhecimento e mostrar como artes, literatura, história, psicologia e, crucialmente, as ciências sociais reproduziam perspectivas masculinas como se fossem universais, invisibilizando as experiências das mulheres (Becchio, 2020).

No campo da economia, esse clima de transformação intelectual trouxe consequências profundas. A crescente insatisfação com a forma como a teoria neoclássica tratava as desigualdades de gênero — especialmente após a consolidação da *new home economics*, que explicava diferenças de renda e participação no mercado de trabalho como resultados de escolhas individuais racionais derivadas de uma suposta vantagem comparativa das mulheres no lar — estimulou economistas a buscar novos referenciais. A *new home economics* naturalizava hierarquias de gênero ao atribuir a responsabilidade das desigualdades às próprias escolhas das mulheres, ocultando dimensões históricas, culturais e estruturais da opressão. Em reação a essa abordagem, economistas feministas passaram a desenvolver, ainda no final dos anos 1970, uma crítica profunda à epistemologia e aos pressupostos da economia mainstream. Essa crítica não pretendia apenas incluir “as mulheres” na análise econômica, mas reformular categorias centrais da disciplina — como racionalidade, trabalho, valor, eficiência e bem-estar — para dar conta do papel da reprodução social, da divisão sexual do trabalho, da violência econômica e do patriarcado (Becchio, 2020). Como sintetizam Figart e Mutari (1999), algumas das principais contribuições desse novo campo foram a incorporação explícita das noções de patriarcado, reprodução social e gênero como categoria estruturante, além do reconhecimento do lar como esfera econômica e produtiva.

Esse movimento intelectual culminou na institucionalização formal da economia feminista como campo acadêmico. Em 1992, foi fundada a International Association for Feminist Economics (IAFFE), criando um espaço de articulação internacional para economistas feministas, promovendo conferências, redes de colaboração e uma agenda de pesquisa própria. Três anos depois, em 1995, surgiu o periódico *Feminist Economics*, que se tornou o principal veículo acadêmico do campo e foi fundamental para consolidar sua credibilidade científica. Ao contrário da maioria das correntes heterodoxas, *Feminist Economics* não exigia filiação a uma tradição teórica específica — marxista, pós-keynesiana, institucionalista ou outra. O único requisito, conforme destacou Strassmann (2004), era que os artigos dialogassem com ideias feministas, o que garantiu pluralidade teórica e metodológica ao campo, ao mesmo tempo em que preservava uma identidade intelectual própria.

Apesar dessa forte institucionalização nas décadas de 1990, a economia feminista só foi reconhecida oficialmente como subcampo autônomo da economia em 2006, quando a American Economic Association atribuiu a ela um código JEL próprio. O JEL (Journal of Economic Literature Classification System) é o sistema de classificação usado internacionalmente para categorizar toda a produção acadêmica em economia. Cada área — como macroeconomia, economia do trabalho, economia ambiental — possui um código que a identifica, permitindo organizar artigos, teses, livros e conferências. Receber um JEL significa, portanto, que um campo é reconhecido como parte legítima da disciplina, com agenda de pesquisa suficientemente consolidada para constituir uma área própria. Assim, a atribuição de um JEL à economia feminista representou um marco simbólico e institucional, conferindo-lhe status disciplinar e assegurando sua presença em congressos, periódicos e departamentos de economia (Becchio, 2020).

Desde então, a economia feminista tem atuado como uma abordagem heterodoxa que combina crítica epistemológica e reconstrução teórica. Seu objetivo não se limita a apontar vieses androcêntricos da economia convencional; trata-se de ampliar o escopo da disciplina ao integrar produção e reprodução, mercado e cuidado, poder e desigualdade, revelando a centralidade das relações de gênero para compreender o funcionamento das economias contemporâneas. A institucionalização desse campo, apoiada tanto pelo legado da segunda onda feminista quanto pela crítica ao neoclassicismo, representa uma inflexão na história

do pensamento econômico ao abrir espaço para novos sujeitos, novos métodos e novas perguntas dentro da economia (Becchio, 2020).

### 3 MECANISMOS DE MARGINALIZAÇÃO E EXCLUSÃO DAS MULHERES

Se, do ponto de vista teórico, a crítica feminista à economia revelou as limitações epistemológicas do modelo dominante, do ponto de vista histórico é possível identificar como essas mesmas estruturas de exclusão se materializaram nas instituições acadêmicas e profissionais. O capítulo seguinte aprofunda esse movimento, examinando casos concretos de barreiras, práticas e disputas que moldaram a presença — e a ausência — das mulheres na disciplina econômica desde o final do século XIX.

#### 3.1 Barreiras institucionais à participação feminina

Na década de 1890, a educação superior mista já era comum nas instituições do oeste e centro-oeste dos Estados Unidos e a estatística de mulheres no ensino superior estava em uma crescente, o que não agradava o corpo das universidades que viam seu prestígio ameaçado, e por isso restou para as mulheres ocupar áreas “feminizadas” e cargos “*quasi-academic*” de subordinação (como “assistentes”, por exemplo) em universidades masculinas ou mistas (Hammond, 1993). Como observam May e Dimand (2019, p. 5, tradução nossa), “mulheres que haviam lutado para obter admissão em instituições de ensino superior foram progressivamente segmentadas em disciplinas consideradas apropriadas para elas, e as mulheres nas ciências sociais ocupavam uma posição particularmente ambígua”.

Um caso ilustrativo é o da economista Hannah Robie Sewall, nomeada Assistente em Ciência Política. Sua função, contudo, não era bem definida e em 1901, o *The Minnesota Alumni Weekly* a descrevia como ‘aluna especial de sociologia’, enquanto, no mesmo ano, ao anunciar sua tese de doutorado, referia-se a ela como alguém que havia lecionado no departamento de Ciência Política por anos. A Universidade de Chicago contribuiu para o processo de desfeminização institucional ao criar um departamento separado para os assuntos considerados ‘femininos’ (o Departamento de Administração Doméstica, criado em 1902), uma ação que depois se alastrou por outras instituições pelo país (Hammond, 1993).

Sarah Scovill Whittelsey foi a mulher mais jovem a obter o título de doutora em economia no século XIX. Apesar de seu feito notável, Whittelsey não deixou registros de publicação na *Yale Review*, principal canal de divulgação científica da

instituição onde obteve seu doutorado. Fundada em 1892, a revista se apresentava como um espaço de discussão crítica e imparcial sobre questões econômicas, políticas e sociais, funcionando, até 1911, como um canal privilegiado para a produção acadêmica de professores e de seus alunos de pós-graduação em Yale. Contudo, esse espaço nunca se abriu de forma efetiva às mulheres da instituição, revelando os limites de reconhecimento e de circulação intelectual impostos àquelas que, como Whittelsey, romperam barreiras educacionais, mas permaneceram à margem da legitimação acadêmica (Hammond, 1993).

Um elemento essencial associado ao processo de profissionalização da economia era a filiação à American Economic Association (AEA), que, em contraste com outras barreiras institucionais, nunca restringiu formalmente a entrada de mulheres. No entanto, a existência de esferas sociais rigidamente separadas para homens e mulheres limitava significativamente sua integração efetiva na rede de contatos e atividades da associação. Richard Ely descreve um episódio que ocorreu na primeira reunião anual da AEA:

“there were perhaps fifteen or twenty women present ... Dr. Stuart Wood planned a reception in his beautiful home but he overlooked the fact that women were members of our association, and according to the inflexible social code of Philadelphia, he did not see how he could receive women and men both in his home. So it fell to me unhappily to tell our women members that they were not expected at Stuart Wood's reception. In an eleventh hour attempt to smooth over an embarrassing situation, Dr. Wood's sister offered them a reception in her home ... The good ladies boycotted this reception and while the men enjoyed Dr. Wood's hospitality, his sister's parlors, all brilliantly lighted in anticipation of the ladies' arrival, were empty” (1938, p. 147).

Essa exclusão simbólica ocorria paralelamente a mecanismos institucionais de exclusão formal e informal. Como mostram May e Dimand (2019, p. 4, tradução nossa), “ao longo dos primeiros anos da associação e até a década de 1970, o que a maioria das mulheres na economia normalmente não tinha eram vínculos institucionais que lhes conferissem status e acesso a posições de liderança dentro da profissão de economia que então emergia.”

Como observa Thomas Haskell (1977, apud May & Dimand, 2019, p. 19), a profissionalização das ciências sociais constituiu-se por meio de “um processo tripartido pelo qual uma comunidade de investigadores é estabelecida, distingue-se de outros grupos e da sociedade em geral, e aprimora a comunicação entre seus membros, organizando-os e disciplinando-os, além de aumentar sua credibilidade aos olhos do público.” A trajetória da AEA confunde-se com a consolidação da profissionalização da economia, esta última que viria a assumir um papel importante

na organização da sociedade, e os dados e registros disponíveis sobre a AEA são reveladores no que diz respeito ao tratamento diferenciado dado a homens e mulheres da academia na época (May & Dimand, 2019). As primeiras campanhas de filiação da Associação, buscando a ampliação do quadro de membros, concentraram-se em atrair quase exclusivamente empresários, advogados e banqueiros. Sendo assim, o recrutamento privilegiou um grupo específico em detrimento de mulheres atuantes em áreas de economia doméstica e causas sociais que poderiam reforçar a organização. Foi na terceira campanha, na década de 1920, que a AEA passou a buscar também por estudantes de pós-graduação e jovens professores e finalmente a participação feminina começou a crescer, ainda que de maneira limitada.

“the proportion of women among AEA members in the first four decades of the association peaked in 1888, with 46 women among 430 individual members (10.7 percent— there were also 25 institutional memberships). The proportion of women declined to 2.4 percent in 1903 (21 women among 868 individual members) after the AEA’s first membership drive (1900–1902). This first membership drive increased the number of men belonging to the AEA from 560 in 1900 to 847 in 1903 but did not increase the number of women. There were 21 women members in 1903—the same number of women as in 1900. In absolute numbers, the 50 women belonging to the AEA in 1889 (out of 568 individual members) was not exceeded until 1910 when 61 women were 4.6 percent of 1339 individual members. This latter level was achieved in the course of the AEA’s second membership drive, which increased the membership from 948 men and 33 women in 1909 (3.4 percent female) to 2070 men and 78 women in 1914 (3.6 percent female). Overall, from 1890 to 1909, the number of women belonging to the AEA never exceeded 33, with a low of 19 in 1897. The proportion of women among individual members of the AEA slipped back to 2.9 percent in 1919, thereafter growing slowly but steadily in the 1920s, exceeding 4 percent in 1924 and 5 percent in 1928.” (May & Dimand, 2019, p.05).

Além disso, o desaparecimento das *branch associations*, que permitiam a participação de mulheres limitadas por barreiras geográficas e de mobilidade, reduziu ainda mais sua presença na AEA. Como afirmam May e Dimand (2019, p. 9, tradução nossa), “o fim das associações regionais é particularmente significativo em termos de seu impacto sobre a participação das mulheres na AEA. [...] O movimento em direção a uma associação nacional, sem essas associações regionais, atuou contra a participação geral das mulheres.”

A composição de gênero dos membros da AEA reflete, em parte, as atividades e prioridades da associação. A maneira como a AEA estruturou seu corpo de membros — e acabou marginalizando mulheres — foi moldada pelos objetivos institucionais de garantir recursos, estabilidade e reconhecimento científico, e não apenas por acaso (May & Dimand, 2019).

Apesar do crescimento gradual da presença feminina na AEA nas décadas seguintes, a participação das mulheres permaneceu limitada devido a barreiras institucionais e culturais que se sobrepunham às formais. A exigência de redes de contatos masculinas para acesso a recursos, orientações e oportunidades de publicação fazia com que mulheres fossem sistematicamente marginalizadas.

No longo prazo, os entraves e dificuldades impostas à participação das mulheres na disciplina econômica fizeram com que a história do pensamento econômico fosse tradicionalmente contada centrada em figuras masculinas e em uma narrativa linear de “progresso intelectual” (de Malthus e Ricardo a Keynes e Lucas). Os principais manuais da disciplina ignoram quase completamente a presença e as contribuições das mulheres, refletindo uma hierarquia epistemológica que associa o conhecimento econômico ao domínio masculino (Chassonnery-Zaïgouche; Forget; Singleton, 2022).

### 3.2 Gênero como ferramenta analítica na história da economia

No artigo “Why Woman and Economics?”, os autores propõem outras formas de escrever a história da economia, inspiradas por estudos da ciência, pela sociologia do conhecimento e pelos campos da filosofia feminista, história das mulheres e estudos de gênero. Essa abordagem busca produzir narrativas mais densas, que tornem as mulheres agentes da história e não apenas exceções ou notas de rodapé. Os autores defendem que, vistas pelas lentes das experiências femininas, as transformações fundamentais na disciplina – a ascensão da modelagem matemática, o declínio do pluralismo e a crescente valorização da economia “aplicada” – revelam histórias paralelas de marginalização, reconhecimento parcial e apropriação, abrindo novas leituras sobre o que significou ser “científico” e “objetivo” em economia (Chassonnery-Zaïgouche; Forget; Singleton, 2022).

Apoiando-se em uma tradição teórica inaugurada por Joan Scott (1986) especialmente em seu artigo clássico “*Gender: A Useful Category of Historical Analysis*”, os autores propõem adotar o próprio gênero como ferramenta analítica é essencial pois, nesta perspectiva, não é apenas uma variável descritiva (homens versus mulheres), mas um instrumento para compreender como as relações de poder, saber e identidade são estruturadas e reproduzidas socialmente. Como dito

anteriormente, a história tradicional da economia é narrada em torno de “grandes homens” e suas ideias, seguindo a lógica historiográfica descrita por Michelle Perrot (1992), segundo a qual os relatos históricos são construídos para exaltar figuras masculinas e apagar a participação das mulheres. Essa estrutura narrativa reflete uma epistemologia androcêntrica, que privilegia certas formas de raciocínio (abstração, formalização, objetividade) tradicionalmente associadas ao masculino e desqualifica outras (empirismo, cuidado, ética, experiência), historicamente associadas ao feminino.

Usar o gênero como ferramenta permite questionar esses critérios epistemológicos e reconhecer o valor de práticas de pesquisa e ensino que foram marginalizadas, como o trabalho de Katharine Coman, Jane Marcet, Harriet Martineau, Beatrice Webb e outras. Essa crítica já aparece de forma sistemática na literatura especializada em História do Pensamento Econômico dedicada às contribuições femininas. Seiz (1993) demonstra como a narrativa canônica exclui intelectuais que participaram ativamente de debates centrais da disciplina. Obras de referência, como o *Biographical Dictionary of Women Economists* (Dimand, Dimand & Forget, 2000), e *Mujeres Economistas: Las aportaciones de las mujeres a la ciencia económica y su divulgación durante los siglos XIX y XX* (Perdices de Blas & Gallego, 2007), evidenciam a amplitude, diversidade e profundidade da produção econômica realizada por mulheres, além de mostrar como elas atuaram tanto na elaboração teórica quanto na divulgação do conhecimento econômico. Mais recentemente, o *Routledge Handbook of the History of Women's Economic Thought* (Madden & Dimand, 2019) consolidou esse campo como uma área robusta dentro da HPE, sistematizando trajetórias, debates e abordagens que historicamente permaneceram marginalizadas na historiografia tradicional.

Outra contribuição do uso do gênero é tratar homens e mulheres não como grupos fixos, mas como posições relacionais dentro de sistemas de poder, o que significa que a masculinidade também é produzida dentro da economia (Chassonnery-Zaïgouche; Forget; Singleton, 2022).

Em síntese, usar o gênero como ferramenta analítica na história da economia significa redefinir o objeto e o método da historiografia econômica: não se trata apenas de incluir mulheres esquecidas, mas de compreender como o gênero estruturou as categorias, as práticas e as hierarquias que definiram o que é “fazer economia”. Sendo assim, faz-se necessário uma recuperação histórica ou melhor,

uma “justiça epistêmica” de reconhecer trabalhos não publicados ou perdidos de mulheres e minorias, e considerar formas de contribuição que escapam aos padrões tradicionais de “excelência acadêmica”. Escrever mulheres na história da economia é um ato de reparação intelectual, que desafia hierarquias sobre quem tem conhecimento legítimo. Isso também exige redefinir o que conta como relevância histórica, incorporando experiências pessoais e subjetivas — não apenas realizações públicas ou formais.

## 4 MARGINALIZAÇÃO NO CONTEÚDO TEÓRICO E VISÕES ALTERNATIVAS

### 4.1 O viés androcêntrico da Economia

Os casos de exclusão feminina na virada do século XIX para o XX revelam não apenas barreiras institucionais, mas também o caráter estruturalmente androcêntrico da ciência econômica. Como demonstra Vanessa Grecco em *O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus*, os fundamentos filosóficos e ideológicos da disciplina são marcados por um caráter androcêntrico, individualista e excludente. O modelo do *homo economicus* — egoísta, racional e desvinculado de vínculos sociais — naturalizou a exclusão de dimensões historicamente associadas ao feminino. Nesse sentido, a marginalização das mulheres no processo de profissionalização da economia se articula tanto às práticas institucionais de segregação quanto às bases teóricas que consolidaram uma disciplina moldada “por homens e para homens”.

Apesar de todos os impedimentos criados para dificultar a ascensão profissional e o aumento da participação feminina nos rumos da disciplina econômica, as mulheres buscaram formas de continuar produzindo, seja em pesquisas e publicações sobre a diferença entre os sexos e a condição econômica das mulheres, e o trabalho nas “Settlement Houses”. O movimento de assentamento diferia das instituições de caridade ao enfatizar as condições sociais e econômicas que resultavam na pobreza e por isso, diversos trabalhadores das settlement houses se empenharam a coletar dados sobre as condições urbanas, publicar artigos sobre suas descobertas e na mobilização política para leis sindicais, de trabalho infantil, habitação, saneamento, entre outras.

“The settlement movement provided a useful alternative for many of these educated women. Their training led them to study the socio-economic causes of urban poverty, and in their attempts to alleviate that poverty they became activists for social reform. However, at the same time, in the process of professionalization the academy was debating the compatibility of advocacy of social reform with the exercise of the scientific method. The scientific method deemed necessary for professional status was coming to be thought of as incompatible with direct social activism. And so, the paths of many male and female scholars diverged. Women scholars, limited in their academic opportunities, often exercised their scholarship from within the settlement movement and became strong proponents of social reform. Meanwhile, many male academics, interested in protecting their newly-acquired professional status with their use of the “neutral” scientific method, were placing social activism outside the bounds of scholarship.” (Hammond, 1993, p.355)

Essa estratégia de atuação demonstrou que, mesmo diante de barreiras explícitas e implícitas — restrição de cargos, segregação por gênero e ausência em canais de publicação reconhecidos —, as mulheres economistas conseguiram produzir conhecimento relevante, influenciar políticas sociais e reivindicar autoridade científica, ainda que por caminhos alternativos àqueles formalmente reconhecidos pela academia.

A crítica feminista contribui ao propor uma reinvenção das ferramentas analíticas e metodológicas da economia, incorporando variáveis como solidariedade, emoções e relações intersubjetivas. Essa perspectiva desafia a lógica dominante que marginaliza tudo o que escapa ao cálculo racional do interesse próprio. Como observa Grecco, a ascensão do capitalismo — do mercantil ao industrial — demandou uma ideologia que exaltasse o individualismo em oposição ao antigo ideal cristão de moderação, transformando o acúmulo de riqueza em virtude, sobretudo sob a influência do protestantismo. A crítica se aprofunda ao analisar metáforas fundacionais da economia, como o "homem cogumelo" de Hobbes — um ser que surge pronto, sem história ou vínculos — e a figura de Robinson Crusoe, usada pelos economistas como arquétipo do agente racional. Ao descontextualizar a narrativa original de Defoe e eliminar dela a violência colonial e a ausência de mulheres, os economistas reforçam um ideal universalista, branco, masculino e capitalista, invisibilizando outras experiências humanas e contribuindo para uma ciência excludente, sexista e racista.

Essa crítica pode ser aprofundada a partir da análise de Julie Nelson (1995), que evidencia que o problema do *homo economicus* não se limita ao fato de ser um modelo marcado pelo viés masculino, branco e colonial: ele simplesmente não representa nenhum ser humano real. Como argumenta a autora, a figura do "homem-cogumelo" — um indivíduo que emerge isolado, autônomo, sem história, sem vínculos e sem dependências — apaga dimensões fundamentais da vida humana, e sendo assim, o *homo economicus* não descreve as mulheres, mas tampouco descreve os homens; tanto o ideal masculino de autonomia perfeita quanto o ideal feminino de passividade e conexão emocional são construções míticas e distorcidas. Somado a isso, Nelson também ressalta que a crítica feminista não implica substituir o *homo economicus* por uma suposta *femina economica* que representaria um comportamento mais relacional, emocional ou orientado ao

cuidado. Essa solução seria apenas reforçar a lógica de “esferas separadas” — uma para homens, outra para mulheres — e naturalizar diferenças que são, na verdade, socialmente construídas. A autora enfatiza a importância de distinguir sexo (dimensão biológica) de gênero (dimensão cultural e simbólica), e rejeita qualquer interpretação que atribua a cada sexo um tipo essencial de comportamento econômico. Tanto a idealização de um sujeito masculino plenamente autônomo quanto a atribuição de relacionalidade e dependência como características intrínsecas ao feminino são construções de gênero, e não descrições empíricas de como homens e mulheres efetivamente se comportam. Assim, a crítica feminista busca justamente romper com essas associações rígidas e propor uma concepção de agente econômico capaz de integrar autonomia e interdependência, razão e emoção, individualidade e relação — dimensões presentes na vida de pessoas de qualquer sexo (Nelson, 1995).

#### 4.2 Alternativas teóricas do institucionalismo: controle social e reprodução social em perspectiva feminista

A Economia Feminista e o Institucionalismo Original (OI) possuem raízes comuns: ambos surgem no final do século XIX com a compreensão de que a economia diz respeito à “provisão social”, isto é, aos modos pelos quais as sociedades organizam recursos para atender às necessidades humanas. Essas abordagens valorizam métodos qualitativos e históricos — como a análise de como o capitalismo industrial moldava papéis sociais e econômicos de gênero — e rejeitam a ideia de que apenas formalização matemática e abstração constituem conhecimento legítimo.

A convergência entre essas correntes se torna ainda mais evidente quando recuperamos seus precursores. Thorstein Veblen, fundador do OI, criticou o individualismo abstrato e a ficção do agente racional, enfatizando a centralidade dos hábitos, da cultura e dos processos institucionais na formação da conduta econômica. Paralelamente, Charlotte Perkins Gilman analisou como instituições familiares, o trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho estruturam a ordem econômica — antecipando temas que seriam fundamentais para a Economia Feminista.

Além disso, Economia Feminista e OI compartilham uma base filosófica que questiona dicotomias herdadas do racionalismo cartesiano — como razão/emoção e

mente/corpo — por entender que tais separações distorcem a compreensão da vida social. Ambas defendem uma concepção de comportamento econômico que reconhece que “a realidade humana é interconectada e não pode ser dividida em opostos excludentes” (Waller & Wrenn, 2021).

John Dewey, um dos principais representantes do Institucionalismo Original também defendia que os meios e fins são interligados, fatos e valores não são esferas separadas e o público/privado não podem realmente ser separados pois fazem parte de um mesmo continuum da vida social e não há uma divisão natural ou absoluta entre eles (Waller & Wrenn, 2021). Em *Human Nature and Conduct* (1922), Dewey escreve:

“Means are means; they are intermediates, middle terms. ... The ‘end’ is merely a series of acts viewed at a remote stage; and a means is merely the series viewed at an earlier one, ... Means and ends are two names for the same reality. The terms denote not a division in reality but a distinction in judgment.” (p.36)

Neste trecho Dewey argumenta que o fim é o próprio processo de ação visto em um outro tempo, sendo assim os meios e o fim não são coisas diferentes e sim em estágios diferentes. Essa ideia é o que fundamenta a crítica da Economia Feminista ao pensamento econômico que separa o econômico (meios) do social (fins). Além disso, seguindo essa mesma linha de pensamento, não existe uma separação real entre fatos e valores, pois ambos se formam conjuntamente no processo da experiência Dewey rejeita a ideia de que primeiro existam fatos “puros”, neutros e objetivos, aos quais valores seriam apenas acrescentados de forma subjetiva. Em vez disso, os juízos de valor orientam desde o início a própria observação e interpretação dos fatos, e o significado dos fatos, por sua vez, modifica continuamente os valores. Assim, compreende-se o que é desejável à medida que agimos e experimentamos os resultados de nossas ações (Dewey, 1922). Ainda segundo Dewey, decisões e atividades realizadas no âmbito privado possuem efeitos sociais que configuram o espaço público, mostrando que as esferas privada e pública estão intrinsecamente conectadas e não podem ser tratadas como domínios isolados (Dewey, 1927).

A crítica central da Economia Institucional Original e da Feminista aos dualismos cartesianos não está no simples fato da divisão do mundo em dois polos, mas na ideia de que essas separações são naturais, na transformação dessas abstrações em conceitos concretos e objetivos, o que pode ser denominado de reificação. Segundo Ann L. Jennings (1993, apud Waller & Wrenn, 2021), principal articuladora do Institucionalismo Feminista Original, o problema epistemológico

desse processo de reificação, é que todo dualismo é necessariamente hierárquico, o que desencadeia um problema político de naturalização dessas hierarquias. Um dos pólos é sempre valorizado em detrimento do outro, como é o caso da razão em relação à emoção, do público em relação ao privado e do masculino em relação ao feminino.

A separação entre o público e o privado, uma das bases do pensamento liberal, não é natural como normalmente é descrita, mas foi culturalmente construída a partir de um conjunto maior de dualismos (razão/emoção, homem/mulher, objetivo/subjetivo). Essa construção é uma maneira de organizar o pensamento social ao definir o que é considerado racional, legítimo, masculino e público versus o que é emocional, secundário, feminino e privado (Waller & Wrenn, 2021). O dualismo é, portanto, uma base ideológica do pensamento neoliberal de que o indivíduo no espaço público é racional e autônomo e a vida privada (família, cuidado, dependência) é um assunto sem relevância econômica, pois naturaliza a separação entre economia e vida social e invisibiliza as relação de dependência e cuidado que sustentam a reprodução capitalista. Jennings (1992; 1993, apud Waller & Wrenn, 2021) enfatiza que não basta apenas rejeitar os dualismos ou inverter suas hierarquias, pois isso ainda implicaria pensar dentro da mesma lógica binária. Ela propõe ir além da simples oposição entre público e privado, incorporando uma perspectiva interseccional, que considera como gênero, classe, raça e outras categorias se cruzam, evitando explicações baseadas em oposições fixas ou simplificadas.

No século XIX, a esfera econômica (o mercado) foi elevada acima das demais esferas sociais, como a política e a família e os grupos sociais foram organizados de forma hierárquica, conforme seu sucesso em navegar o mercado. O mercado passou a definir a racionalidade e o progresso, enquanto o espaço doméstico e o cuidado, historicamente associados às mulheres, foram marginalizados. Embora se trate de uma construção histórica e ideológica, a separação entre público e privado acabou se cristalizando na cultura, sendo percebida como natural. Entretanto, como explica Jennings na sua análise sobre o dualismo público/privado, quando aplicados à sociedade, os dualismos servem para justificar desigualdades. Por exemplo, ao associar “razão” ao masculino e “emoção” ao feminino, o pensamento ocidental legitimou a dominação masculina; ao vincular “produção” ao público e “reprodução” ao privado, naturalizou a exclusão das mulheres do mercado de trabalho e da esfera

política. Em síntese, os dualismos estruturam relações de poder, estabelecendo e consolidando diferenças de status, definindo quem detém autoridade, quem é considerado racional e quem é valorizado socialmente (Waller & Wrenn, 2021).

Em “Gender and History: The Limits of Social Theory in the Age of the Family”, Linda Nicholson argumenta que a distinção entre público e privado surgiu inicialmente no século XVII, com o surgimento do pensamento político liberal e a separação formal entre Estado e família. Essa diferenciação foi central para definir papéis e comportamentos, incluindo as relações de poder, entre os domínios público e privado. Ao estabelecer as funções do Estado e da família, tornou-se possível organizar as necessidades humanas em esferas distintas, legitimando a existência de um Estado liberal e de um indivíduo livre como entidades separadas e reconhecidas socialmente (Jennings, 1992). No século XIX, impulsionada pelo crescimento do pensamento econômico, ocorre uma segunda diferenciação do público/privado. Nesse contexto, o dualismo que passou a se expressar é a oposição entre as esferas da produção e da reprodução. A primeira separação entre público e privado transferiu para o lar familiar responsabilidades que antes eram assumidas coletivamente no espaço público, como cuidados com crianças e manutenção da moral social; já na segunda separação, as necessidades relacionadas à produção, antes ligadas à vida coletiva ou à comunidade, foram deslocadas para o espaço doméstico. Como resultado dessas mudanças, a família ficou isolada do provimento social mais amplo: enquanto no século XVII a separação ocorria entre Estado e família, no século XIX, a economia passou a operar de forma independente tanto do Estado quanto da família (Jennings, 1992).

Essa evolução histórica diferenciou os papéis públicos do indivíduo econômico autônomo dos papéis privados ligados às relações patriarcais familiares, mantendo a separação entre a atuação política pública do indivíduo e as funções econômicas do domínio doméstico. A separação das relações patriarcais para o privado permitiu que a esfera econômica se afirmasse e gradualmente se tornasse predominante no domínio público da racionalidade. Essa separação se refletiu na formação da disciplina econômica, influenciando a concepção de agência econômica, as relações de produção e a definição do papel do Estado (Waller & Wrenn, 2021). Este processo de desenvolvimento cultural foi central na definição dos papéis de gênero modernos e na invisibilização das funções de reprodução social. Por isso, às mulheres do século XIX foi negado o acesso à esfera política e

econômica, embora possuísem um “status dentro do lar” através da manutenção do cuidado e da moralidade.

Adicionalmente, de acordo com Jennings a distinção público/privado e as configurações ideológicas que a sucedem, são responsáveis pela construção da definição moderna do *laissez-faire*, ou seja, a crença numa economia com funcionamento livre de interferências do Estado e de instituições sociais. Ao ser separada do Estado e da família, a esfera econômica ganha um novo status, privilegiado em relação às demais esferas da vida social. Fazendo uma comparação histórica, “enquanto a divisão do século XVII afirmava a dominância do Estado sobre os laços de parentesco e as obrigações familiares, a divisão do século XIX opôs a economia tanto ao Estado quanto à família, subordinando ambos” (Waller & Wrenn, 2021, p. 6, tradução nossa).

A categoria do homem econômico racional, trazida neste texto anteriormente através da menção da análise de Vanessa Grecco (2018), é resultado direto da fusão de alguns termos considerados no pólo “superior” dos dualismos (econômico+homem+razão): quando o “homem” é associado à racionalidade e à competitividade, e o “mercado” é também caracterizado por essas mesmas qualidades, as características masculinas passam a ser entendidas como essenciais para o funcionamento econômico e social. Enquanto a mulher e a família, que se posicionam no oposto desses dualismos (irracional, não econômico e dependente), são logicamente excluídos da teoria econômica e da própria história econômica. Além disso, como essas categorias se sobrepõem, como racionalidade, masculinidade e economia, as fronteiras entre elas se tornam borradas e essa ambiguidade permite que o domínio de uma categoria se estenda e legitime o domínio das demais (Waller & Wrenn, 2021).

Na análise de Jennings sobre o dualismo público/privado, ela identifica um segundo grupo de dualismos, que estruturam a relação entre o mercado (economia) e o Estado. Nestes dualismos estão as distinções privado/público, economia/Estado, individual/social, liberdade/regulação, eficiência/ineficiência, objetivo/subjetivo. Neste conjunto, o mercado é associado a qualidades como autonomia, liberdade, racionalidade e eficiência, enquanto o Estado é visto como coercitivo, ineficiente e subjetivo. A partir deste contexto, cria-se a narrativa de que o mercado é sempre superior ao Estado e precisa ser protegido de qualquer intervenção política. E o duplo dualismo (economia/família, economia/Estado) gera um sistema de dominação

cultural que resulta no mercado acima da política e da família, masculiniza a economia e feminiliza o cuidado. O problema desse sistema duplo dualista está no fato de que ele parece imutável, como se essas divisões entre mercado, Estado, masculinidade e feminilidade fossem naturais. Essa aparência de inevitabilidade faz com que qualquer tentativa de intervenção ou regulação do mercado seja vista como inadequada ou prejudicial. Além disso, reforça a ideia de que as desigualdades de gênero e as disparidades econômicas são inevitáveis, ao mesmo tempo em que eleva o mercado como o espaço mais racional e eficiente, dificultando a busca por mudanças sociais (Waller & Wrenn, 2021)

É importante ressaltar que essas categorias simbólicas não são fixas e, assim como foram construídas histórica e socialmente, podem ser reconfiguradas conforme o desenvolvimento cultural e social da sociedade. Ann Jennings (1993), propõe dissolver as divisões entre trabalho, lar e o Estado e a reintegração da esfera produtiva na esfera reprodutiva e na política, o que permitiria interconectar e valorizar as atividades humanas na sua totalidade (Waller & Wrenn, 2021).

#### 4.3 A história e o ativismo de Katharine Coman

Ao falarmos da marginalização das mulheres na economia, se torna essencial apresentar a história da primeira mulher economista institucionalista e a única mulher dentre os membros fundadores da AEA em 1885, Katharine Ellis Coman (1857-1915). Coman escreveu a primeira grande história industrial dos EUA em 1905 e o primeiro artigo publicado na *American Economic Review* em 1911. Na época de criação da AEA, com apenas 28 anos, Coman já era professora titular de História e Economia no Wellesley College.

“she was foremost an industrial historian, a pace-setter in asking the most relevant questions about industrial history and the processes of institutional change. Working in a profession then dominated almost exclusively by men, she became an admirable role model for all institutional economists and especially for the women who have followed her lead. Coman provided a continually relevant approach for institutional economists who work on problems of public policy, an approach too often neglected”(Vaughn, 2004, p.989)

Ela considerava o estudo prático da história como “o registro do esforço humano, no passado, para resolver aqueles problemas políticos, sociais e econômicos que são os temas de reflexão mais profunda da atualidade. [...] A continuidade da história, enquanto registro da vida progressiva da humanidade, torna-se evidente, e a experiência do passado revela-se essencial em todas as suas

partes, repleta de sugestões para o presente e o futuro da raça humana” (COMAN, 1890, p. 343–344).

Fortemente influenciada pela escola alemã, a reflexão de Katharine Coman sobre a economia parte de uma preocupação central com o processo histórico como forma de compreensão das transformações sociais e institucionais. Mais do que um simples instrumento de ilustração empírica, a história, em sua obra, constitui um método de investigação orientado à apreensão das condições concretas da vida econômica. Essa abordagem se manifesta tanto em sua análise dos processos produtivos — como na reconstrução da indústria do ferro e do algodão — quanto na atenção às dinâmicas sociais que moldam o trabalho, a expansão territorial e a desigualdade. Esses elementos estão presentes de modo exemplar em suas duas principais obras, *The Industrial History of the United States* (1905) e *Economic Beginnings of the Far West* (1912), nas quais Coman investigou o desenvolvimento industrial e institucional americano a partir de uma perspectiva histórica e social, buscando compreender as interações entre progresso técnico, políticas públicas e mudanças no trabalho. Para Coman, o conhecimento econômico deve nascer da observação das práticas humanas e das instituições que emergem em resposta a desafios coletivos, e não de princípios abstratos formulados à margem da experiência (Vaughn, 2004).

Coman era cética em relação às tendências econômicas que surgiam e sua trajetória acadêmica ilustra o esforço de redefinir os limites da disciplina econômica em diálogo com as ciências sociais e morais. Ao atuar no Wellesley College, Coman contribuiu para formar um espaço de ensino que unia economia, história e sociologia, refletindo uma concepção interdisciplinar e pedagógica do saber econômico. Essa orientação se opunha à tendência de especialização e formalização que começava a dominar a economia norte-americana no início do século XX, ao mesmo tempo em que reivindicava um caráter ético e social para a pesquisa — uma ciência preocupada com os efeitos humanos e institucionais das transformações econômicas (Vaughn, 2004).

Coman também representa uma vertente da economia que compreende a produção de conhecimento como parte de um projeto coletivo de reforma social. Ao analisar a industrialização, a migração e o papel do trabalho feminino, ela procurou revelar os mecanismos de exclusão e as contradições entre progresso econômico e justiça social. Sua escrita, portanto, une investigação empírica e propósito ético,

expressando uma visão em que o estudo econômico é inseparável da ética da responsabilidade social. Essa combinação de rigor histórico e compromisso moral insere-se no mesmo horizonte intelectual que inspirou o institucionalismo e as primeiras abordagens feministas em economia, ambas preocupadas com o papel das instituições, da experiência e do cuidado na organização econômica (Vaughn, 2004).

A prática docente de Katharine Coman expressava de forma exemplar sua concepção de ciência econômica como investigação moral e socialmente orientada. Em Wellesley College, seus cursos articulavam teoria e experiência, estimulando as estudantes a compreender os problemas econômicos não apenas como abstrações formais, mas como expressões concretas de relações sociais. A influência de John Stuart Mill, que permanecia como seu principal referencial teórico, era perceptível na recusa em tratar qualquer autor como autoridade exclusiva e na ênfase no caráter histórico e controverso do pensamento econômico. Ao lado de Mill, Coman também dialogava com Alfred Marshall e Francis A. Walker, autores que, como ela, buscavam integrar a teoria à observação empírica e ao estudo das instituições. Nas aulas, as estudantes eram convidadas a analisar questões como pobreza, concorrência e assistência social, realizando visitas de campo e relatórios sobre instituições locais — prática que refletia o ideal de uma economia voltada à compreensão e à transformação da realidade. Coman denominava seu curso de “economia social”, reconhecendo que ultrapassava os limites disciplinares convencionais ao incorporar elementos da sociologia, da psicologia social e da ética (Vaughn, 2004).

Sua forma de ensinar traduzia o mesmo impulso que guiava sua produção intelectual: a busca por uma ciência social unificada, capaz de compreender as transformações institucionais e morais da vida industrial moderna. Em síntese, a contribuição de Katharine Coman reside em afirmar uma epistemologia histórica e humanista da economia — uma forma de conhecimento que reconhece a historicidade das instituições e a dimensão moral das escolhas coletivas. Ao integrar história, economia e filosofia social, Coman inscrevia-se no movimento mais amplo do institucionalismo norte-americano, para o qual a economia devia ser simultaneamente uma ciência empírica e uma prática de responsabilidade pública.

## 5 CAMINHOS ALTERNATIVOS E O LEGADO DA RESISTÊNCIA

A consolidação da economia como ciência autônoma e tecnicamente especializada, como demonstrado nos capítulos anteriores, implicou na marginalização de perspectivas que articulam dimensões sociais, éticas e políticas da vida econômica. Entretanto, esse processo não se deu sem resistência.

Diversos grupos intelectuais e movimentos sociais procuraram afirmar caminhos alternativos de produção e difusão do saber econômico, questionando tanto o isolamento disciplinar quanto as hierarquias de gênero e classe subjacentes ao modelo dominante.

“Historically economics was a relatively common field of graduate study for women but representation declined as the discipline specialized away from “social concerns” [...]. More women earned PhDs in economics in the 1920s in the US than in the 1930s, 1940s, 1950s, and 1960s.” (Albeda, 1997, pp. 2325)

Entre esses esforços, destacam-se o *Settlement Movement*, que, desde o final do século XIX, propôs uma prática econômica enraizada na experiência social e comunitária (Hammond, 1993), e o Women’s Caucus da URPE (Union for Radical Political Economics), formado nas décadas de 1970 e 1980, que trouxe ao interior da economia política radical as questões de gênero e a crítica feminista à ciência econômica. Este capítulo examina essas duas expressões históricas de resistência, buscando compreender seus legados na ampliação do campo econômico e na redefinição do que conta como conhecimento legítimo em economia.

### 5.1 O movimento de assentamentos

O *Settlement House Movement* (movimento das casas de assentamento) nasceu ao final do século XIX e foi um importante espaço não-acadêmico para mulheres instruídas que, mesmo representando um número crescente nas universidades, não conseguiam cargos formais. As primeiras casas de assentamento bem-sucedidas nos EUA foram fundadas em 1889 em Nova York e Chicago e em 1900 já existiam mais de cem casas de assentamento espalhadas pelo país. O intuito desses espaços era o combate à pobreza urbana, não somente através de esforços filantrópicos como instituições de caridade, mas a partir da

coleta de dados sobre as condições de vida no espaço urbano, da publicação de artigos e de pressões por reformas sociais (Hammond, 1993).

As origens do movimento das casas de assentamento remontam à Inglaterra vitoriana, onde, entre o final do século XIX e o início do XX, emergiram experiências pioneiras que buscavam responder às contradições sociais produzidas pela industrialização e pelo crescimento urbano acelerado. No prólogo “*The English Background*”, Mina Carson (1990) mostra que foi nesse contexto que se formou o ambiente intelectual e moral que deu origem ao *settlement movement*, combinando influências do cristianismo social, do ideal vitoriano de serviço público e das primeiras investigações sistemáticas sobre as condições de vida nas cidades industriais. Carson destaca que o movimento das *settlement houses* nasceu de uma crítica ao modelo tradicional de caridade. Enquanto as instituições filantrópicas concentravam-se em responsabilizar os pobres por sua própria condição, os fundadores das casas de assentamento procuravam compreender a pobreza como resultado de fatores estruturais (econômicos, sociais e urbanos) e não apenas morais. Inspirados pelo cristianismo liberal e por um sentido de dever cívico, esses reformadores acreditavam que a classe média educada tinha a responsabilidade de participar ativamente da vida comunitária e de promover a justiça social. E mais do que simples centros de assistência, as *settlement houses* funcionavam como “laboratórios sociais”: eram espaços de experimentação prática e reflexão intelectual, nos quais a experiência direta com a pobreza urbana alimentava projetos de reforma social e políticas públicas. Essa dimensão de aprendizado mútuo e produção de conhecimento aproximava o movimento de preocupações típicas das nascentes ciências sociais, que começavam a se consolidar como campos acadêmicos (Carson, 1990).

O movimento inglês serviu, portanto, de matriz ideológica para o posterior desenvolvimento do *settlement movement* nos Estados Unidos. Os ideais de convivência entre classes, de responsabilidade moral das elites educadas e de transformação social através da experiência comunitária foram reinterpretados em um novo contexto urbano e industrial. Sendo assim, o movimento nos EUA não surgiu de uma hora para a outra, foi fruto de uma tradição reformista que integrava o engajamento moral, a pesquisa empírica e o ativismo social, e influenciou profundamente a forma de produção do saber social e econômico no início do século XX (Carson, 1990).

Os assentamentos eram constituídos predominantemente pelo trabalho feminino, pois o status acadêmico não lhes era concedido, apesar de frequentemente as mulheres estarem vinculadas a uma universidade. As *settlement houses* se tornaram instituições de grande importância para a vida americana, muitos programas de assistência social possuem origem no trabalho intelectual e de ativismo dos trabalhadores dos assentamentos, além de ter exercido um papel fundamental na aprovação de leis relacionadas ao sindicalismo, ao trabalho infantil, à moradia, à educação e ao saneamento (Hammond, 1993).

“The settlement movement provided a useful alternative for many of these educated women. Their training led them to study the socio-economic causes of urban poverty, and in their attempts to alleviate that poverty they became activists for social reform. However, at the same time, in the process of professionalization the academy was debating the compatibility of advocacy of social reform with the exercise of the scientific method. The scientific method deemed necessary for professional status was coming to be thought of as incompatible with direct social activism. And so, the paths of many male and female scholars diverged. Women scholars, limited in their academic opportunities, often exercised their scholarship from within the settlement movement and became strong proponents of social reform. Meanwhile, many male academics, interested in protecting their newly-acquired professional status with their use of the “neutral” scientific method, were placing social activism outside the bounds of scholarship.” (Hammond, 1993, p.355)

A predominância feminina nesses espaços, porém, gerou uma ambivalência fundamental. Ao mesmo tempo em que as *settlement houses* abriram um espaço inédito para que mulheres instruídas produzissem conhecimento, influenciassem políticas públicas e atuassem na esfera social, o caráter assistencial, moral e comunitário dessas atividades passou a ser interpretado como uma extensão “natural” das responsabilidades femininas. O trabalho de cuidado, a mediação social, a atuação comunitária e a filantropia — elementos centrais do movimento — foram generificados como atributos “de mulher”, o que facilitou que a academia desqualificasse esse tipo de produção intelectual como não-científica. Assim, a própria natureza social e humanitária dos assentamentos, que possibilitou a entrada das mulheres na vida pública, também contribuiu para sua marginalização, reforçando a divisão sexual do trabalho dentro das ciências sociais.

O movimento das casas de assentamento, portanto, revelou uma tensão estrutural que marcaria a trajetória das mulheres na formação das ciências sociais e econômicas: a cisão entre o saber comprometido com a reforma social e a ciência que buscava afirmar-se como neutra e profissional. Como observa Hammond (1993), à medida que a economia e a sociologia se institucionalizavam como

disciplinas acadêmicas, o ideal de objetividade científica passou a ser mobilizado para delimitar os contornos do “saber legítimo”, excluindo práticas associadas ao engajamento moral e à ação política — domínios nos quais muitas mulheres atuavam. Dessa forma, o trabalho intelectual desenvolvido nos assentamentos, embora decisivo para a formulação de políticas públicas e para o avanço do conhecimento empírico sobre a vida urbana, foi sistematicamente marginalizado pela academia.

## 5.2 Union for Radical Political Economics (URPE) e o Women’s Caucus

Se o Settlement Movement representou, no final do século XIX, uma forma de resistência externa ao processo de profissionalização excludente das ciências sociais, o Women’s Caucus da Union for Radical Political Economics (URPE), surgido nas décadas de 1970 e 1980, expressou um movimento interno à própria disciplina. Em um contexto de contestação política e acadêmica, marcado pela influência do movimento feminista e pela crítica à economia neoclássica, o Women’s Caucus buscou reabrir a discussão sobre os fundamentos epistemológicos e políticos da economia, questionando a exclusão das mulheres e a naturalização das hierarquias de gênero na produção do conhecimento econômico (Cohen, 2019).

A Union for Radical Political Economics (URPE) foi fundada em 1968, nos Estados Unidos, em meio à radicalização política e intelectual dos anos 1960 e dos movimentos contra a guerra do Vietnã, pelos direitos civis e pelos direitos estudantis. Seu objetivo era criar uma alternativa à economia dominante, então cada vez mais identificada com o formalismo neoclássico e a neutralidade ideológica. Inspirada por tradições marxistas e institucionalistas, a URPE defendia uma economia política comprometida com a transformação social, analisando as relações de poder, de classe e de propriedade que estruturavam o capitalismo. Tornou-se, assim, um importante espaço de encontro entre economistas críticos, ativistas e acadêmicos interessados em repensar os fundamentos teóricos e políticos da disciplina. Apesar de a heterodoxia oferecer um espaço mais receptivo à crítica social e à contestação das fronteiras disciplinares, isso não significou ausência de conflitos. Como mostram diversas historiadoras do pensamento econômico, a própria heterodoxia reproduziu hierarquias de gênero ao manter homens em posições de liderança intelectual e ao relegar temas como trabalho doméstico, cuidado, desigualdade de gênero e

violência econômica a um lugar secundário. Muitos grupos heterodoxos, embora críticos ao mainstream, permaneciam presos a concepções tradicionais sobre objetividade, neutralidade e divisão sexual do trabalho científico, o que limitava a incorporação sistemática das contribuições de mulheres. Essa tensão interna explica por que economistas feministas precisaram criar espaços próprios, como o Women's Caucus na URPE, e por que debates de gênero não emergiram organicamente dentro da heterodoxia, mas sim a partir da mobilização explícita das mulheres que já atuavam nesses espaços.

Apesar de sua orientação radical, a URPE reproduzia, em suas primeiras décadas, as mesmas desigualdades de gênero observadas nas instituições tradicionais. As mulheres eram frequentemente tratadas como acompanhantes de colegas homens, e suas experiências e perspectivas eram marginalizadas nas discussões teóricas e organizativas. Foi nesse contexto que, em 1971, durante a conferência de verão em Camp Muffly, um grupo de cerca de 45 mulheres — entre estudantes de pós-graduação em economia, acadêmicas de outras áreas e esposas de membros — organizou o *Women's Caucus*, após um protesto que ficou conhecido como o *women's walkout*. As participantes realizaram uma reunião inicial e promoveram *workshops* que refletiam seus interesses e preocupações, resultando na formulação de quatro demandas principais, apresentadas por Laurie Nisonoff ao comitê da URPE: a inclusão de mulheres no Comitê Executivo (*Steering Committee*), no conselho editorial do *Review of Radical Political Economics*, na comissão responsável pela próxima conferência de verão e a permissão para filiação “familiar”. A resistência dos homens às propostas levou a uma saída coletiva das mulheres, um gesto de solidariedade que incluiu também as esposas dos membros e que acabou forçando a aceitação das reivindicações. Como destacam Mata e Lee (2007), essa ação foi fundamental para o êxito do movimento e evidenciou o papel decisivo da solidariedade entre as mulheres dentro da organização. O episódio marcou o início da incorporação explícita das questões de gênero na economia política radical e constituiu um momento decisivo na história da economia feminista (Cohen, 2019).

“From a feminist perspective that draws conceptually on social reproduction, the formation of the Women's Caucus becomes a story in which women's solidaristic action reflects the gendered work of reproductive labor done by women, be they economists, noneconomists, partnered, or single. The four interrelated demands each push back against oppression and seek greater academic and real-world recognition of women and women's paid and

unpaid work, and more generally of social reproduction.” (Cohen, 2019, p.92)

O conflito dentro da URPE revelava que o problema não era apenas a exclusão das mulheres, mas a divisão entre o trabalho produtivo, valorizado e associado aos homens, e o trabalho reprodutivo, desvalorizado e atribuído às mulheres. A solidariedade feminina surgiu justamente dessa condição comum de subordinação e exclusão. Após o *Women’s Walkout*, as reivindicações do *Women’s Caucus* foram atendidas, marcando um avanço na luta contra o sexismo dentro da organização. A partir de então, o grupo consolidou-se como uma força política interna, responsável por articular a crítica feminista à economia e inspirar a criação de outras iniciativas voltadas à inserção das mulheres e à reflexão de gênero na disciplina (Cohen, 2019).

Uma das principais metas do *Women’s Caucus* era promover transformações tanto na própria URPE quanto na estrutura mais ampla da profissão econômica, por meio da American Economic Association (AEA). A articulação entre as integrantes do Caucus foi decisiva para a criação do *Committee on the Status of Women in the Economics Profession* (CSWEP), incorporado à AEA após a apresentação e aprovação de seis resoluções voltadas à igualdade de gênero na profissão. Com essas medidas, a AEA assumiu o compromisso formal de combater a discriminação sexual e de adotar políticas concretas de inclusão. Entre as propostas, estavam a presença de mulheres em conselhos editoriais e cargos de coordenação, a divulgação aberta de oportunidades de trabalho, o incentivo à educação e ao emprego em regime flexível e a criação de creches durante as conferências, de modo a facilitar a participação das jovens economistas (Cohen, 2019).

Embora tivesse origem no contexto radical da URPE, o CSWEP foi concebido como uma instância de ação dentro do mainstream, com o propósito de atuar institucionalmente para reduzir as desigualdades de gênero na profissão. Seu papel central era investigar práticas discriminatórias, propor ações afirmativas e divulgar dados sobre a situação das mulheres economistas. Apesar das conquistas formais obtidas após o *women’s walkout* de 1971, o sexismo persistiu entre muitos dos membros homens da organização, revelando os limites da transformação interna. Ainda assim, o *Women’s Caucus* consolidou-se como um importante agente de mudança, tanto ao influenciar a AEA quanto ao fortalecer o debate de gênero dentro da economia política radical. Com apoio de figuras como John Kenneth Galbraith e

James Tobin, o grupo ajudou a institucionalizar o combate à discriminação e a ampliar o reconhecimento do trabalho feminino — inclusive o trabalho reprodutivo, historicamente invisibilizado pela teoria econômica dominante. As edições especiais da *Review of Radical Political Economics* (RRPE) tornaram-se espaços decisivos para o desenvolvimento da teoria feminista em economia. No entanto, a resistência masculina à valorização da reprodução social permaneceu, evidenciando a contradição entre o discurso de transformação social da URPE e a reprodução, em seu interior, das mesmas desigualdades de gênero (Cohen, 2019).

A perspectiva feminista ofereceu uma contribuição fundamental à economia ao recolocar o foco na reprodução social, isto é, no trabalho cotidiano necessário para sustentar a vida e as relações sociais. O trabalho reprodutivo realizado (ou esperado) das mulheres dentro da URPE — mesmo em um ambiente que se pretendia radical e igualitário — foi o que motivou a formação do *Caucus*. A opressão de gênero se manifestava por meio de diferentes formas de trabalho e papéis sociais, afetando igualmente mulheres com distintos níveis de formação e status profissional. A solidariedade entre as mulheres surgiu da vivência comum de uma mesma condição: todas, de alguma forma, estavam envolvidas com o trabalho de cuidado e de sustentação da vida cotidiana, aquilo que mantém não apenas os lares, mas também o próprio funcionamento das instituições. Assim, a reprodução social aparece como um terreno de disputa política, no qual as desigualdades e relações de dependência de gênero atuaram como força motriz da mobilização feminina (Cohen, 2019).

As bases críticas do feminismo econômico e da economia radical convergem nesse ponto: ambas rejeitam a pretensa neutralidade da economia ortodoxa e denunciam as formas pelas quais a ideologia econômica dominante reforça fronteiras disciplinares, definindo o que é ou não considerado “econômico”. As feministas questionam o próprio processo de constituição da disciplina, mostrando que as escolhas de pesquisa, os métodos e os temas valorizados são moldados por contextos sociais, culturais e políticos e, sobretudo, pela sobrerrepresentação masculina no campo. Essa assimetria produziu uma economia centrada na produção de mercadorias e no trabalho remunerado, enquanto o trabalho reprodutivo — o cuidado, a alimentação, a manutenção da vida cotidiana — permaneceu invisibilizado e naturalizado como responsabilidade feminina. A crítica feminista identifica nesse viés produtivista uma das principais causas da desvalorização do

trabalho das mulheres, inclusive dentro da economia política radical. Mesmo reconhecendo que a reprodução é condição necessária da produção, muitos economistas radicais tendiam a tratá-la como um dado natural, e não como uma relação social. O produtivismo, assim, constitui uma ideologia estrutural: ao concentrar-se na esfera do trabalho pago e no consumo de bens, oculta o tempo, o esforço e o conhecimento não remunerados que sustentam a vida social e a própria força de trabalho (Cohen, 2019).

Nesse contexto, o conceito de reprodução social torna-se uma ferramenta analítica poderosa, articulando a tradição marxista à análise feminista. Para Marx, a reprodução refere-se ao processo pelo qual o capitalismo perpetua sua existência, reproduzindo tanto os meios de produção quanto o capital, através do reinvestimento dos lucros. As feministas marxistas ampliaram esse conceito ao incluir a reprodução da vida humana: o trabalho doméstico, o cuidado, a educação, a alimentação e todas as atividades que garantem a renovação diária e geracional da força de trabalho. Sem esse trabalho invisível e desvalorizado, realizado majoritariamente por mulheres, o sistema capitalista não poderia funcionar (Cohen, 2019).

Em síntese, a acumulação de capital depende da reprodução social, e esta, por sua vez, depende do trabalho reprodutivo. O reconhecimento dessa relação revela não apenas a centralidade das mulheres na sustentação material da sociedade, mas também a necessidade de repensar os próprios limites da economia enquanto campo científico. Ao reinscrever a reprodução social no centro da análise econômica, o feminismo não apenas amplia o escopo da disciplina, mas também reintroduz nela uma dimensão ética e política, aquela que o projeto de neutralidade científica havia sistematicamente apagado.

Nas décadas seguintes, o *Women's Caucus* manteve-se ativo dentro da URPE, reunindo-se anualmente nas conferências de verão para discutir tanto a representação das mulheres na organização quanto o avanço de uma teoria econômica feminista. Essas reuniões funcionavam como espaços de reflexão e de formulação política, nos quais se avaliava o grau de inclusão institucional e o compromisso da economia radical com a igualdade de gênero. Contudo, o encerramento das conferências anuais de verão levou à perda desse espaço de encontro e ao consequente enfraquecimento do grupo. Sem um fórum permanente de articulação, o *Caucus* tornou-se gradualmente inativo e encontrou dificuldades

para aplicar de forma efetiva as políticas de ação afirmativa, apesar da expressiva presença feminina no *Steering Committee* e no conselho editorial do *Review of Radical Political Economics*. Faltava, contudo, uma estratégia coesa para enfrentar as desigualdades persistentes (Union for Radical Political Economics, 2025)

Após um longo período de inatividade, o *Caucus* foi reativado em 2018 por iniciativa de membros da URPE comprometidos em retomar sua agenda histórica. Uma reunião preliminar ocorreu durante o encontro da ASSA/URPE em janeiro de 2019, quando se decidiu atualizar sua identidade institucional: o grupo passou a se chamar *Caucus of Women and Non-Binary People*, refletindo uma concepção mais inclusiva de gênero. Desde então, o *Caucus* voltou a se reunir regularmente, de forma presencial e virtual, reafirmando seu papel como espaço de representação e debate dentro da economia radical. Em 2023, o grupo elegeu seus primeiros representantes para o *Steering Committee*, com mandato de três anos, responsáveis por presidir o *Caucus* e levar suas pautas ao comitê diretor, fortalecendo novamente a voz coletiva das mulheres e pessoas não binárias na organização (Union for Radical Political Economics, 2025). Atualmente, a página de coordenadores da URPE indica que os representantes do Caucus of Women & Non-Binary People junto ao Comitê Diretor são Daniel Ossa (mandato 2024-26) e Smita Ramnarain (mandato 2024-27).

## 6 CONCLUSÃO

Ao revelar os caminhos alternativos construídos pelas mulheres e o legado de sua resistência, o último capítulo evidencia que a história da economia é também uma história de disputas por autoridade, reconhecimento e legitimidade científica. Com base nesse percurso, a conclusão retoma os principais argumentos desenvolvidos ao longo da monografia e discute suas implicações mais amplas para compreender o lugar das mulheres na disciplina hoje.

Ao longo deste trabalho, buscou-se demonstrar que a marginalização das mulheres na economia não foi um fenômeno acidental, tampouco produto de atitudes isoladas, mas resultado de um processo histórico profundo, articulado em três dimensões interdependentes. A primeira delas diz respeito às estruturas institucionais da profissão, que, desde o final do século XIX, estabeleceram mecanismos de credencialismo, especialização e controle que restringiram o acesso das mulheres às posições de maior prestígio acadêmico e profissional. Esses mecanismos se legitimaram por meio de critérios aparentemente neutros — como o doutorado, a filiação a associações científicas ou o padrão ideal do “economista profissional” —, mas operaram de forma seletiva e excludente.

A segunda dimensão analisada refere-se à dimensão epistemológica, isto é, às bases teóricas e metodológicas que sustentaram a construção da economia como ciência pura. O ideal de neutralidade, a valorização do formalismo e a separação rígida entre teoria e mundo social criaram um ambiente no qual experiências, problemas e práticas associadas ao trabalho das mulheres — especialmente o trabalho reprodutivo e de cuidado — foram sistematicamente deslegitimados. Essa purificação da disciplina reduziu o escopo do que poderia ser considerado “econômico” e reforçou a centralidade de um sujeito universal abstrato — masculino, branco e proprietário.

A terceira dimensão diz respeito às respostas, resistências e caminhos alternativos construídos por mulheres que, apesar das barreiras institucionais e epistemológicas, encontraram formas de participar da produção econômica. Seja por meio de áreas marginais como o *home economics*, pela atuação em redes paralelas de pesquisa, ou pela construção de abordagens críticas — como a economia feminista —, essas mulheres desafiaram os limites impostos pela disciplina e ampliaram o campo do possível dentro da economia.

Assim, a análise desenvolvida nesta monografia evidencia que a exclusão das mulheres não foi apenas uma injustiça histórica, mas também afetou a própria constituição do conhecimento econômico. Ao limitar quem podia produzir teoria, a disciplina limitou também aquilo que podia ser pensado. Recuperar essa história, portanto, não é apenas um exercício historiográfico, mas um passo fundamental para compreender os vieses ainda presentes na profissão e para pensar alternativas mais inclusivas, plurais e socialmente relevantes.

Por fim, ao reconhecer que a economia é produto de escolhas teóricas, culturais e institucionais — e não de uma evolução natural rumo à neutralidade —, abre-se espaço para imaginar uma disciplina mais democrática. A história aqui reconstruída sugere que ampliar a presença das mulheres na economia não se resume a corrigir desigualdades numéricas, mas implica transformar critérios de legitimidade, expandir objetos de análise e reavaliar as fronteiras do próprio econômico. Esse é o legado mais profundo das críticas feministas e das trajetórias de resistência examinadas ao longo deste trabalho: a possibilidade de uma economia que reconheça sua historicidade e, justamente por isso, seja capaz de se reinventar.

## REFERÊNCIAS

- ALBEDA, R. *Economics & feminism: Disturbances in the field*. In: TUCKER, M. (ed.). *Impact of feminism on the arts & sciences*. New York: Twayne Publishers, 1997.
- BECCHIO, Giandomenica. *A History of Feminist and Gender Economics*. London: Routledge, 2020.
- COATS, A. W. *The American Economic Association and the Economics Profession*. *Journal of Economic Literature*, v. 23, n. 4, p. 1697-1727, dez. 1985.
- COHEN, Jennifer. *The Radical Roots of Feminism in Economics*. In: *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, v. 37A, p. 85-100, 2019. Leeds: Emerald Publishing Limited.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEWEY, John. *Human Nature and Conduct: An Introduction to Social Psychology*. [S. l.]: Project Gutenberg, 2012. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/41386>
- DEWEY, John. *The Public and Its Problems*. [S. l.]: Project Gutenberg, 2016. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/64957>
- Ely, Richard T *Ground Under Our Feet: An Autobiography*. New York: MacMillan Co., 1938.
- GRECCO, Vanessa. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus . In: CORRÊA, Suely de Fátima; LIMA, Maria Aparecida A. (org.). *Crítica feminista ao conhecimento econômico*. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 115–142.

HAMMOND, Claire H. American woman and the professionalization of economics. *Review of Social Economy*, v. 51, n. 3, p. 347-370, 1993.

HUNT, E. K. *History of Economic Thought: A Critical Perspective*. New York: Harper & Row, 1977.

JENNINGS, Ann L. Not the economy: feminist theory, institutional change, and the state. In: DUGGER, William M.; WALLER, William T. (org.). *The Stratified State: Radical Institutional Theories of Participation and Duality*. [s. l.]: [s. n.], 1992. p. 117–152.

JENNINGS, Ann L. Public or private? Institutional economics and feminism. In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (org.). *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. [s. l.]: [s. n.], 1993. p. 111–129.

MAY, E. D.; DIMAND, R. W. Women in the early years of the American Economic Association. *History of Political Economy*, v. 51, n. 1, p. 1-36, 2019

MORGAN, M. S.; RUTHERFORD, M. American Economics: The Character of the Transformation. *History of Political Economy*, v. 30, n. 5, p. 1-26, 1998.

NELSON, Julie A. Feminism and economics. *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 2, p. 131–148, 1995.

RUTHERFORD, Malcolm. American Institutionalism and the history of economics. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 19, n. 2, p. 178-195, 1997.

UNION FOR RADICAL POLITICAL ECONOMICS. *Caucus of Women and Non-Binary People*. Disponível em: <https://urpe.org/caucus-of-women-non-binary-people/>. Acesso em: 4 nov. 2025.